

Ser cidadão: análise comparativa de práticas de cidadania entre trabalhadores dos três setores

EWERTON CABRAL MONTENEGRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

KLIVER LAMARTHINE ALVES CONFESSOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

SER CIDADÃO: Análise comparativa de práticas de cidadania entre trabalhadores dos três setores

INTRODUÇÃO

O trabalho voluntário é um tipo de atividade produtiva, relacionada a termos como solidariedade, cidadania e transformação social. Trata-se de uma ação não remunerada financeiramente, de livre-arbítrio e repleta de significados, motivações e que repercute de forma geral junto a sociedade civil, especialmente vinculado às organizações de finalidade social, de interesse público e não lucrativas, ou como são chamadas no Brasil, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) (Nacacche, Carmo & Souza, 2021).

No Brasil e no mundo, o voluntariado evolui e inova nas maneiras de atuar e ajudar a resolver problemas sociais e segue reunindo esforços, dedicação e ocupando diferentes espaços na sociedade. O número de OSCs segue crescente (IPEA, 2018), os segmentos de atuação se diversificam, a atividade vem sendo regulamentada para orientar melhor sua atividade (Brasil, 2014). Atuando além da correção de deficiências dos serviços públicos, eles se envolvem na resolução de problemas complexos, temas sensíveis de conflito de interesses e suportam, em muitos países como no Brasil, o funcionamento do Terceiro Setor, gerando oportunidades para os indivíduos exercerem um papel ativo e cidadão, ajudando grupos vulneráveis a terem voz e a superar os desafios cotidianos.

Não é difícil perceber ou visualizar o papel do voluntariado no dia a dia. Um exemplo atual da importância da ajuda dos voluntários a grupos vulneráveis ocorreu na tragédia vivenciada pelas fortes chuvas e alagamento em cidades do Rio Grande do Sul (Brasil) em maio de 2024 (Portal G1, 2024; Rio Grande do Sul, 2024). Após fortes precipitações pluviométricas, inundações, deslizamentos de terra e severos danos à infraestrutura local, centenas de voluntários e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) mobilizaram-se para prestar assistência às comunidades afetadas. O voluntariado não apenas oferece apoio prático imediato, mas também demonstra a solidariedade e o exercício da cidadania, promovendo a coesão social e desempenhando um papel fundamental na reconstrução das áreas atingidas.

Considerando o exposto, o Terceiro Setor, as OSCs e o trabalho voluntário estão sendo percebidos como terrenos férteis para o fomento da cidadania. Entende-se por cidadania o envolvimento dos indivíduos com a criação e manutenção das comunidades onde estão inseridos, abrangendo um conjunto de direitos e deveres derivados da localidade de origem e que lhes permitem colaborar com o coletivo (Caldas e Cavalcante, 2023). Espera-se que todo indivíduo civil se preocupe com questões do seu entorno, numa perspectiva da cidadania ativa: para além de direitos e deveres políticos que decorrem do status de eleitor (cidadania em sentido restrito), quando “os cidadãos formam suas opiniões e criticam quem detém o poder; sua expressão de ideias pública e livremente é a condição para a elaboração e mudança de todas as decisões” (Urbinati, 2013, p.23).

Nessa perspectiva, a ação cidadã pode ser desenvolvida e fomentada por instituições, mas também a nível individual, no dia a dia das pessoas. Segundo Caldas e Cavalcante (2023), a cidadania é um construto complexo, multidimensional e volátil no tempo e espaço, influenciado por várias instâncias e tipos de participação, mas que a nível individual, no cotidiano das pessoas, pode ser exercida a partir de práticas classificadas em 4 (quatro) âmbitos: civil (possibilitando a vida em sociedade), político (assegurando participação no governo da sociedade), social (garantindo justiça social) e ambiental (apoiando lutas contemporâneas e a sustentabilidade do meio).

Nesse sentido, qualquer indivíduo pode exercer a cidadania no seu cotidiano, em variadas esferas. Contudo, pela expansão das atividades e evolução do papel na sociedade

relacionando cidadania com o voluntariado, a primeira premissa proposta por este estudo é de que os voluntários atrelados ao Terceiro Setor têm um maior desempenho cidadão a nível individual que os não voluntários, mesmo que estes sejam servidores públicos (vinculados ao Primeiro Setor), os quais são igualmente próximos e envolvidos com questões sociais e coletivas. Também se sugere que os não voluntários vinculados ao setor privado (Segundo Setor) sejam os menos propensos as práticas de cidadania por estarem mais voltados a valores e preocupações mais individuais e mercantilistas. Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é investigar as diferenças de desempenho nas práticas de cidadania desenvolvidas por voluntários e não voluntários vinculados aos três setores da sociedade.

Para tanto, optou-se por uma pesquisa quantitativa e descritiva via *survey* com voluntários vinculados ao Terceiro Setor e não voluntários do Primeiro e Segundo Setor. Para a análise dos dados, empregou-se a estatística descritiva e teste de Mann-Whitney.

A realização desse trabalho justifica-se uma vez que, embora a relação do voluntariado com a cidadania já tem sido abordada em alguns estudos como os de De Bie e Roose (2016), Ferraz et al (2021) e Caldas (2020), ainda se observa que nem sempre essa relação é linear e dependendo de como o voluntariado seja usado podem não impactar uma real cidadania ou sua forma mais passiva (Dagnino 2006; Bezjak e Klemenčič, 2014). Caldas (2020) não encontrou muitos estudos que comprovem quantitativamente a relação de voluntariado e cidadania, apontando a lacuna investigada por este estudo. É importante compreender a dimensão cidadã atrelada ao voluntariado para que possam ser reconhecidos e fomentados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cidadania

O conceito de cidadania vem sendo formado ao longo dos séculos e passou por diversas fases até chegar à noção contemporânea utilizada. Marshall (1967) é um dos autores mais referenciados sobre a temática e para ele, a igualdade de participação na sociedade pode ser compatível com as desigualdades embutidas na estrutura de classes no capitalismo via igualdade jurídica, por meio dos direitos e deveres.

De forma geral, a cidadania abrange a relação das pessoas com o coletivo e engloba tanto identidades individuais como grupais (Pais, 2005). Para Guarinello (2016), a essência da cidadania tem um caráter público, impessoal e trata-se de um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro. Marshall (1967) ao estabelecer o conceito de cidadania a partir da igualdade jurídica, classifica os direitos e deveres em: civil, política e social. O âmbito civil diz respeito aos direitos e obrigações inerentes à liberdade individual, abrangendo a liberdade de expressão, o direito de ir e vir e de pensamentos. O aspecto político contempla os direitos e os deveres das pessoas envolvidos na participação da vida política de forma democrática, através do voto, sendo um eleitor, da e-cidadania e outras formas de participação. Por fim, a esfera social remete à dignidade, ao bem-estar social e econômico e à segurança. Envolve direitos e deveres relacionados à educação, saúde, lazer, trabalho etc.

Para análise da cidadania, Caldas e Cavalcante (2023) desenvolveram uma escala para mensurar práticas de cidadania com base em avanços da Teoria Marshalliana e com o foco nas ações dos indivíduos do dia a dia. Considerando a literatura nacional e estrangeira e as percepções e os sentidos de especialistas brasileiros sobre as práticas de cidadania, delimitaram quatro dimensões para práticas de cidadania, tanto nos clássicos âmbitos civil, político, social, como incluíram uma quarta esfera denominada ambiental (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Dimensões das práticas de cidadania

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
----------	-----------

Práticas civis (PC)	Práticas que representem o envolvimento dos indivíduos em prol de relações civilizadas e da liberdade individual, necessárias à vida em sociedade.
Práticas políticas (PP)	Práticas que demonstrem a participação declarada dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade.
Práticas sociais (PS)	Práticas que focam a justiça social e os direitos e deveres que dão condições mínimas de segurança e bem-estar, principalmente aos desafortunados e oprimidos.
Práticas ambientais (PA)	Práticas que demonstrem a participação dos indivíduos na luta por desenvolvimento sustentável e preocupação com o meio ambiente, como preservação ambiental, práticas de consumo colaborativo, reciclagem etc.

Fonte: Caldas; Cavalcante, 2023

De acordo com Caldas (2020), o voluntariado tem sido reconhecido por seu potencial de desenvolvimento de cidadania por promover oportunidades de efetivação de práticas ativas de envolvimento com a comunidade, apoiando ações públicas e privadas voltadas para o bem-estar coletivo. O próximo tópico esclarece melhor as relações entre voluntariado e cidadania.

Relações entre cidadania e voluntariado e desenvolvimento das hipóteses

A análise das práticas de cidadania pelos indivíduos em uma localidade é complexa e de difícil operacionalização, uma vez que o construto é complexo e multidimensional (Caldas e Cavalcante, 2023). Embora o voluntariado exercido no Terceiro Setor seja propício ao fomento da cidadania, observa-se que mesmo quem não o pratica tem semelhantes obrigações e possibilidades de fomento da cidadania em suas realidades e cotidianos.

De fato, o voluntariado está próximo às problemáticas sociais, desenvolvendo habilidade civis, políticas e sociais ao tempo que ajuda pessoas e contextos em vulnerabilidade social. Contudo, Koolen-Maas et al. (2023) afirmam que há uma crescente preocupação acerca da sustentabilidade do voluntariado para as necessidades futuras influenciadas por profundas mudanças que a atividade vem passando em relação a sua natureza e motivações, aumento de concorrência, da profissionalização e escassez de voluntários para atender as demandas sociais atuais. Dependendo como seja percebido e utilizado, o voluntariado também pode fomentar uma cidadania mais passiva (Dominelli, 2016) e envolver motivações mais egoístas (Cavalcante, 2016). Nesse último caso, se afastaria do construto de cidadania.

Por outro lado, as crises ambientais, o movimento de Responsabilidade Socioambiental e a valorização de práticas como a ESG (*Environmental, Social, and Corporate Governance*) estão deixando as relações mais próximas entre o Terceiro Setor com os demais setores, forçando o Primeiro e o Segundo Setor a desempenharem papéis sociais para além de suas obrigações formais. A responsabilidade social e ambiental que desafia as organizações públicas privadas a olharem para além de objetivos organizacionais, mercadológicos ou com finalidades lucrativas já trazem práticas empíricas como o voluntariado corporativo (Haski-Leventhal e Pournader, 2019), embutindo valores filantrópicos e cidadãos nos ambientes organizacionais.

Também é possível observar a prática do voluntariado no serviço público (Primeiro Setor), compartilhando objetivos sociais e reconhecendo a interdependência entre os setores (Ariete, 2022). No caso do Brasil, já há regulamentação efetivada pelo Governo Federal acerca das parcerias entre a administração pública e as OSCs (BRASIL, 1998; 1999 e 2014), além da adoção de medidas de incentivo, como o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado - PNIV, que visa o fortalecimento das OSCs para a promoção de atividades relacionadas ao voluntariado, inclusive o incentivo à prática por parte de servidores públicos (BRASIL, 2019).

Para investigar as diferenças de desempenho nas práticas cidadãs desenvolvidas por voluntários e não voluntários, algumas hipóteses são levantadas. Primeiramente:

H1 ₀ : O desempenho nas práticas de cidadania é igual tanto entre voluntários e não voluntários.

H1: O desempenho nas práticas de cidadania é diferente entre os voluntários e não voluntários.

A H1 leva em consideração que um maior desempenho cidadão dos voluntários ocorre pela atividade propiciar oportunidade aos indivíduos para colaborarem com a construção de soluções coletivas de promoção de bem estar social. Ferraz et al. (2021) constatou que há uma sobreposição das atitudes cidadãs dos voluntários sobre os não voluntários, assim como uma relação positiva entre motivação altruísta (de caráter mais universal e coletivo) e as atitudes em prol dos direitos sociais, políticos e civis. Caldas (2020), também encontra relações e sobreposição do desempenho cidadão de voluntários em relação a não voluntários. Carballal (2009) conclui que as organizações do Terceiro Setor e o voluntariado têm se convertido em instrumento de políticas públicas que podem proporcionar o mínimo de participação social e política. Para Parejo et al. (2021), as organizações voluntárias são vistas, cada vez mais, como locais onde a cidadania pode estar presente.

Da H1 refletem-se outras inquietações acerca da relação entre cidadania e voluntariado. Se a justificativa é pela natureza do trabalho no Terceiro Setor, que foca em serviços ou produtos sociais que atendem demandas coletivas, pode-se também pensar que tanto os voluntários quanto os servidores públicos, vinculados ao Primeiro Setor, poderiam ter desempenho cidadão maior que os não voluntários atrelados ao Segundo Setor (mercado privado), já que estes atendem necessidades particulares da sociedade. De acordo com o estudo realizado por Lee (2012), existem evidências empíricas que sugerem que funcionários públicos e funcionários de organizações sem fins lucrativos são mais propensos a doar seu tempo para instituições de caridade em comparação com empregados que atuam no segundo setor. Esse ambiente mais propício traz sentido às ações que visam fomentar essa iniciativa nos órgãos públicos (Rotolo; Wilson, 2016), o que sugere uma segunda hipótese:

H2₀: O desempenho nas práticas de cidadania é igual tanto entre voluntários quanto entre não voluntários servidores públicos.

H2₁: O desempenho nas práticas de cidadania é diferente entre os voluntários e entre os não voluntários servidores públicos.

Por fim, observa-se que, embora a crescente ênfase na responsabilidade socioambiental e no voluntariado dentro do contexto corporativo reflita a pressão contínua exercida pelo ambiente empresarial por uma postura mais socialmente responsável (Rodell et al., 2017), estudos como o de Lee (2012), identificam discrepâncias significativas na motivação dos funcionários para participarem de atividades voluntárias, dependendo da natureza da entidade empregadora. Ademais, Rotolo e Wilson (2016) destacam que, no setor privado, determinados fatores podem atuar como obstáculos à prática do voluntariado entre os colaboradores, como restrições de tempo, metas de desempenho individuais e uma cultura organizacional que não valorize ou incentive o voluntariado. Assim, tem-se uma terceira hipótese a ser testada:

H3₀: O desempenho nas práticas de cidadania é igual tanto entre voluntários e não voluntários servidores públicos quanto entre os não voluntários atuantes na iniciativa privada.

H3₁: O desempenho nas práticas de cidadania entre os voluntários e não voluntários servidores públicos é diferente entre os não voluntários atuantes na iniciativa privada.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória-descritiva e quantitativa, por possibilitar explorar um problema, e assim fornecer informações para uma investigação mais precisa. Dentre as técnicas, utilizou-se uma *survey* com 164 sujeitos de pesquisa, distribuídos conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Classificação e distribuição dos Sujeitos

Classificação	Voluntários	Não Voluntários
Pertencentes ao 1º Setor	07	31
Pertencentes ao 2º Setor	17	47
Autônomos	6	23
Do lar	1	4
Aposentados	2	1
Estudantes	5	20
Total	38	126

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os sujeitos desta pesquisa são maiores de 18 anos, público considerado apto ao trabalho e a desenvolver conscientemente práticas de cidadania. O período de coleta de dados foi de fevereiro a abril de 2024 via Google Forms. O instrumento de coleta de dados baseou-se na escala de Práticas de Cidadania (Caldas e Cavalcante, 2023). A referida escala abrange 17 assertivas classificadas em 4 dimensões de práticas de cidadania: civil, política, social e ambiental. Utilizou-se ainda a escala de Likert de 11 pontos, indo do 0 (nunca realizo essa prática) à 10 (sempre realizo essa prática).

Para as análises, optou-se pelo uso da estatística descritiva e teste não paramétrico inferencial, para amostras independentes de Mann-Whitney, indicado após o teste de normalidade. O software SPSS foi utilizado para auxiliar nos cálculos e análises. Para melhorar a visualização dos resultados das médias do construto Práticas de Cidadania, utilizou-se de forma semelhante os parâmetros elaborados por Caldas (2020) para facilitar a análise: medidas até 3,9 indicam intensidade baixa da prática (coloridos em **vermelho**), de 4,0 até 6,9 indicam intensidade baixa-moderada (coloridos em **amarelo**), de 7,0 até 9,9 indicam intensidade moderada-alta (coloridos em **verde**) e acima de 10 representam intensidade muito elevada (coloridos em **azul**). Esta classificação foi fundamentada no paradigma de avaliação educacional brasileiro, que adota uma escala de notas variando de 0 a 10, uma estrutura familiar aos participantes da pesquisa. Esta escala foi então adaptada para uma escala de 1 a 11 para análise estatística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão apresentados seguindo a ordem das três hipóteses delineadas na fundamentação teórica. Cada hipótese será analisada de forma individual, primeiro apresentando medidas de estatística descritiva para análise do desempenho das práticas de cidadania, seguido do teste de hipótese.

A primeira hipótese aborda se o desempenho nas práticas de cidadania é diferente entre os voluntários e não voluntários. A Tabela 2 exhibe as estatísticas para o grupo de voluntários, composto por 38 sujeitos. O desempenho nas práticas de cidadania dos voluntários apresentou uma média geral de $\bar{x} = 5,324$, indicando uma predominância de práticas de intensidade baixa-moderada. Em relação às médias por dimensão, destaque para as práticas ambientais com a maior média ($\bar{x} = 6,781$), demonstrando que os voluntários tendem a se preocupar mais com questões coletivas relacionadas a preservação do meio ambiente. Outro destaque, desta vez

negativo, vai para as práticas de cidadania políticas, indicando que os voluntários tendem a ter baixo desempenho em ações cidadãs de participação no governo da sociedade.

Entre as variáveis, PC4 apresenta o desempenho cidadão mais alto, com média $\bar{x} = 8,000$. PC4 trata da prática civil de associação entre pessoas para a resolução de problemas coletivos (Caldas, 2020), indicando que os voluntários da amostra tendem a se organizar e se juntar para resolver questões além da arena individual, sendo esse comportamento ideal para solucionar problemáticas sociais mais complexas. Por outro lado, a prática com menor média é a PP1 ($\bar{x} = 3,000$), que retrata ações de participação que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos, etc. Essa prática de cidadania exige um maior esforço coletivo, não sendo muito convidativa para a amostra.

Esse comportamento cidadão baixo-moderado na dimensão política também foi encontrado por Caldas (2020) em sua pesquisa, resultado este alinhado às discussões sobre passividade histórica do brasileiro (Avritzer, 2010; Carvalho, 2016), herança de um processo de colonizador e de desenvolvimento de cidadania pouco encorajadora e passiva. Nota-se ainda, que a amostra de voluntários é bem heterogênea, com presença de variância em torno da média (chegando a 14) e similar comportamento no que tange o desvio-padrão (entre 2,2 e 3,8), o que indica variedade de respostas.

Tabela 2 – Estatística descritiva – Voluntários

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Voluntários (N=38); Práticas de Cidadania					$\chi = 5,324$		
Práticas Cívicas (PC) $\bar{x} = 5,695$	PC2	3,789	3,542	12,549	0,472	3,000	93,48%
	PC3	5,868	3,289	10,820	-0,392	6,000	56,05%
	PC4	8,000	2,371	5,622	-1,528	8,500	29,64%
	PD2C	5,632	3,605	12,996	-0,268	6,000	64,01%
	PD9C	5,184	3,593	12,911	-0,070	5,000	69,31%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x} = 3,553$	PP1	3,000	3,587	12,865	0,798	1,500	119,56%
	PP2	3,474	3,570	12,743	0,597	3,000	102,76%
	PP4	3,421	3,576	12,791	0,537	2,000	104,54%
	PP5	4,316	3,814	14,546	0,240	4,000	88,37%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x} = 5,495$	PS1	7,368	2,936	8,617	-0,945	8,000	39,84%
	PS2	4,447	3,539	12,524	0,211	4,500	79,57%
	PS3	6,237	3,467	12,023	-0,494	6,500	55,60%
	PS5	4,711	3,594	12,914	0,186	4,500	76,29%
	PS7	4,711	3,196	10,211	-0,100	5,000	67,84%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x} = 6,781$	PD5A	7,289	2,205	4,860	-0,261	7,500	30,24%
	PD6A	7,237	2,307	5,321	-1,045	8,000	31,87%
	PD7A	5,816	3,178	10,100	-0,377	5,500	54,65%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Para o grupo dos não voluntários (ver a Tabela 3), composto por 126 indivíduos, observa-se que, só pela análise da coloração das médias, há um desempenho cidadão inferior (predominância de práticas de intensidade baixa em vermelho) quando comparados às médias dos voluntários. Nesse sentido, a média geral para as práticas de cidadania dos não voluntários apresentou um desempenho baixo $\bar{x} = 3,624$. O comportamento inferior de desempenho cidadão também é observado em relação às médias por dimensão.

Em relação a ordenação hierárquica das médias por dimensão, novamente as práticas ambientais se sobressaem como a mais alta ($\bar{x}=5,556$) e as práticas políticas como o desempenho médio mais baixo ($\bar{x}=2,276$). Dentre as variáveis, destaque positivo para PD6A, com maior média entre elas ($\bar{x}=6,119$), que retrata práticas de consumo consciente como comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão de obra escrava, por exemplo. A variável com menor média na amostra dos não voluntários foi novamente PP1, também destaque no grupo dos voluntários. Segundo Carvalho (2016) e Andrade et al. (2012), os brasileiros apresentam certa deficiência na formação de habilidades políticas, influenciados pelo processo histórico de passividade, desconhecimento de formas de participação política, fases de opressão e de ditadura que suprimiram direitos políticos.

Assim como nos voluntários, o grupo dos não voluntários também exibiram um elevado grau de variabilidade e dispersão, como evidenciado pelos valores do desvio padrão, variância e coeficiente de variação nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 3 – Estatística descritiva – Não Voluntários

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Não Voluntários (N=126); Práticas de Cidadania					$\bar{x}=3,624$		
Práticas Cívicas (PC) $\bar{x} = 3,784$	PC2	2,119	2,767	7,658	1,101	1,000	130,59%
	PC3	4,659	3,385	11,459	0,072	5,000	72,66%
	PC4	5,103	3,147	9,901	-0,189	5,000	61,66%
	PD2C	3,175	3,049	9,297	0,642	3,000	96,05%
	PD9C	3,865	3,323	11,046	0,325	4,000	85,99%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x} = 2,276$	PP1	1,635	2,455	6,026	1,506	0,000	150,14%
	PP2	2,571	2,930	8,583	0,973	1,000	113,93%
	PP4	2,008	2,697	7,272	1,148	5,000	134,30%
	PP5	2,889	3,255	10,596	0,795	2,000	112,68%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x} = 3,384$	PS1	3,460	3,053	9,322	0,547	3,000	88,24%
	PS2	3,159	3,186	10,151	0,616	2,000	100,86%
	PS3	3,897	3,237	10,477	0,350	4,000	83,06%
	PS5	3,357	3,128	9,783	0,517	2,000	93,17%
	PS7	3,048	3,062	9,374	0,612	2,000	100,46%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x} = 5,556$	PD5A	5,889	2,781	7,732	-0,360	6,000	47,22%
	PD6A	6,119	2,610	6,810	-0,311	6,500	42,65%
	PD7A	4,659	3,109	9,667	0,105	5,000	66,74%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Como é possível observar os resultados das Tabelas 2 e 3, o engajamento das práticas de cidadania dos sujeitos classificados como voluntários é superior ($\bar{x} = 5,32$), em média, que os não voluntários ($\bar{x} = 3,62$). Esse comportamento de superioridade em média permanece analisando todas as dimensões das práticas de cidadania, tendo os voluntários engajamento nas práticas de cidadania em intensidade moderada a alta na distribuição das dimensões.

Para garantir que a diferença entre os grupos (voluntários x não voluntários) é real e significativa, mesmo diante de amostras com alta variação de dados, optou-se por utilizar uma análise mais robusta, o teste para amostras independentes de Mann-Whitney (ver Figura 1).

Figura 1: Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Pcidadania é a mesma entre as categorias de H1.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,000	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

Ao analisar o resultado do teste de hipótese para H1 é possível observar que o valor de p é menor do que o nível de significância 0,05 para o construto Práticas de Cidadania e, logo, há diferença significativa de desempenho cidadão entre os voluntários e os não voluntários, sendo os primeiros superiores em média. A H1 é confirmada, tendo os voluntários um desempenho nas práticas de cidadania superior que os não voluntários pesquisados. Esse resultado alinha-se aos encontrados por Caldas (2020) e Amorim (2018), que também encontraram superioridade no desempenho cidadão dos voluntários em relação aos não voluntários. O estudo de Carballal (2009) também confirma a relação existente entre voluntariado e cidadania. Outros estudos que analisaram a relação do voluntariado com a cidadania (De Bie e Roose, 2016 e Ferraz et al, 2021) observam que nem sempre essa relação é linear e dependendo como o voluntariado seja usado podem não impactar uma real cidadania ou sua forma mais passiva (Dagnino 2006; Bezjak e Klemenčič, 2014). Por fim, Flanagan et al. (2020), que ao investigar os determinantes do compromisso cívico entre os adolescentes sugere que a participação em atividades voluntárias está associada a diferenças nas práticas cívicas em comparação com aqueles que não participam do voluntariado.

Passa-se agora para a analisar outras inquietações derivadas na H1. Em H2, aprecia-se se o desempenho nas práticas de cidadania é diferente entre os voluntários e entre os não voluntários servidores públicos. Estes grupos de trabalhadores, embora sejam atrelados a setores econômicos distintos, atuam com problemáticas coletivas, sem foco lucrativo, próximos às mazelas sociais e situações de vulnerabilidade social. Por serem contextos parecidos, têm semelhantes oportunidades de exercer práticas de cidadania em seus cotidianos (particulares/domésticos como profissionais).

Para investigar H2, foram comparados os dados dos voluntários (N= 38) versus os dos não voluntários servidores públicos (N=31). A análise dos dados voluntários, já realizada a partir da Tabela 2, gerou média de desempenho das práticas de cidadania de $\bar{x} = 5,324$, com predominância de ações classificadas como de intensidade baixa-moderada.

Examinado as medidas de estatística descritiva dos não voluntários servidores públicos (ver Tabela 4), observa-se que a média de engajamento nas práticas de cidadania foi de $\bar{x} = 4,023$, também classificada como de intensidade moderada, mas um valor um pouco abaixo do encontrado no grupo dos voluntários.

Na análise dos dados por dimensão das práticas de cidadania, observa-se que em todas elas as médias estão inferiores às dos voluntários, equilibrando práticas de intensidade baixa e baixa-moderada. Inclusive a dimensão política, que se espera que os servidores públicos estejam mais próximos que os demais trabalhadores, também apresenta um desempenho cidadão inferior em relação as demais esferas da cidadania, com $\bar{x} = 2,919$, classificada com intensidade de desempenho baixo. Novamente, a dimensão das práticas de cidadania de cunho ambiental é a que apresenta maior média ($\bar{x} = 5,892$).

Em relação as variáveis, destaque para PD5A e PD6A, com maiores médias ($\bar{x} = 6,290$ e $\bar{x} = 6,258$). Essas variáveis referem-se a esfera ambiental das práticas de cidadania, sendo PD5A as práticas de reutilização, reaproveitamento e reciclagem e; PD6A as ações relacionadas ao consumo consciente, ambas importantes para a preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Já a variável com menor média ($\bar{x} = 2,065$) foi PC2, que dispõe sobre as ações para mudar leis consideradas injustas, do âmbito civil da cidadania. Nesse último

caso, talvez o desconhecimento, descrédito, distância ou a falta de acessibilidade à meios legais ou espaços para efetivação desta prática possa influenciar a baixa métrica.

Tabela 4 – Estatística descritiva – Não Voluntários Servidores Públicos

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Não Voluntários Servidores Públicos (N=31); Práticas de Cidadania						$\bar{\chi}=4,023$	
Práticas Cívicas (PC) $\bar{\chi}= 3,845$	PC2	2,065	2,874	8,262	1,317	1,000	139,23%
	PC3	5,129	2,825	7,983	-0,425	5,000	55,09%
	PC4	4,548	2,631	6,923	-0,598	5,000	57,85%
	PD2C	3,226	2,642	6,981	-0,076	4,000	81,90%
	PD9C	4,258	3,255	10,598	0,144	5,000	76,45%
Práticas Políticas (PP) $\bar{\chi}= 2,919$	PP1	2,161	2,162	4,673	0,667	2,000	100,02%
	PP2	3,710	3,068	9,413	0,367	4,000	82,70%
	PP4	2,355	2,739	7,503	0,766	1,000	116,32%
	PP5	3,452	3,375	11,389	0,505	3,000	97,77%
Práticas Sociais (PS) $\bar{\chi}= 3,961$	PS1	3,161	2,758	7,606	0,554	3,000	87,24%
	PS2	4,258	3,376	11,398	0,101	4,000	79,29%
	PS3	4,387	2,985	8,912	0,176	5,000	68,05%
	PS5	4,452	2,873	8,256	-0,154	5,000	64,55%
	PS7	3,548	2,942	8,656	0,284	3,000	82,91%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{\chi}= 5,892$	PD5A	6,290	2,148	4,613	-0,102	6,000	34,14%
	PD6A	6,258	2,476	6,131	-0,472	7,000	39,57%
	PD7A	5,129	3,253	10,583	-0,073	5,000	63,43%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

É fundamental ressaltar que os resultados obtidos para os servidores públicos não voluntários também demonstraram um alto grau de variabilidade e dispersão, como evidenciado pelos valores do desvio padrão, variância e coeficiente de variação na Tabela 4. Observou-se que a média das variáveis Práticas Cívicas (PC3), Práticas Políticas (PP1), Práticas Sociais (PS1), PS2, Práticas Ambientais (PD5A) e PD7A aproximou-se dos resultados da mediana. Como a média e a mediana são medidas de tendência central, esse fato indica que a distribuição dos resultados está efetivamente centrada na média. Quanto à assimetria, destaca-se a dimensão Práticas Cívicas (PC2), que apresentou um valor distante de zero, ultrapassando o intervalo [-1,1] positivamente. Isso implica em uma média maior que a mediana, sugerindo uma concentração maior na faixa de valores mais reduzidos da amostra.

Além disso, é relevante mencionar que o coeficiente de variação na dimensão Práticas Ambientais (PD5A) e PD6A foi de 34,14% e 39,57%, respectivamente, valores menores dentre todo grupo de resultados dos servidores públicos não voluntários. As tendências de variabilidade e dispersão alteram positivamente as médias de PD5A e PD6A para 7,02 e 7,23, respectivamente. Estes valores parecem aproximar-se das médias encontradas para as mesmas dimensões no grupo de voluntários. No entanto, ao aplicarmos os mesmos critérios de variabilidade e dispersão, encontramos valores de 7,95 para PD5A e 7,97 para PD6A. Portanto, mesmo na dimensão em que os servidores públicos não voluntários apresentam um desempenho médio superior, os voluntários demonstram um engajamento significativamente maior nessas práticas cidadãs, mesmo sob a influência de alta variabilidade e dispersão.

O resultado verificado nas tabelas 2 e 4 demonstram diferenças e superioridade em média do engajamento nas práticas de cidadania dos voluntários sobre os não voluntários servidores públicos. Segue-se para o teste de hipóteses para verificação se essa diferença é significativa (ver Figura 2).

Figura 2 – Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Pcidadania é a mesma entre as categorias de H2.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	,000	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

Analisando os resultados do teste de hipótese para H2, é evidenciado que o valor de p é inferior ao nível de significância de 0,05 para o construto Práticas de Cidadania (Pcidadania). Como resultado, foi rejeitada a hipótese nula, implicando a aceitação da hipótese H2, que postula a diferença de desempenho das práticas cidadãs entre voluntários e servidores públicos não voluntários, tendo os primeiros maiores médias.

Conforme Ribeiro (2018), embora pesquisas anteriores indiquem que os servidores públicos podem ter uma perspectiva mais ampla de seu papel na sociedade e uma maior conscientização das necessidades da comunidade em comparação com seus colegas não voluntários, é importante reconhecer que eles também podem enfrentar desafios, como conflitos de interesse e demandas adicionais de tempo e energia. Embora tanto voluntários como servidores públicos desempenhem papéis cruciais na sociedade, suas distinções fundamentais residem em motivações, pagamento, estruturas de compromisso e natureza das atividades. Enquanto os voluntários oferecem seu tempo e habilidades de forma desinteressada, impulsionados por um compromisso pessoal com uma causa ou comunidade, os servidores públicos são contratados ou nomeados para ocupar cargos governamentais e são remunerados pelo trabalho que realizam. Conforme Neto e Fernandes (2010), essas diferenças se refletem na flexibilidade de escolha de atividades e na autonomia de horários dos voluntários, em contraste com as responsabilidades e obrigações regulamentadas dos servidores públicos, cujas funções são delimitadas por leis e regulamentos governamentais.

Apesar de ambos os grupos contribuírem para o bem-estar da sociedade, os voluntários frequentemente complementam os esforços do governo e das agências públicas, oferecendo serviços e apoio adicionais, enquanto os servidores públicos desempenham papéis definidos dentro da estrutura governamental, implementando políticas públicas, prestando serviços governamentais e garantindo o cumprimento das leis e regulamentos. Nesse sentido, o estudo de Ribeiro (2018) demonstrou que é preciso desenvolver ações para incentivar e envolver os servidores públicos em projetos de extensão em prol da comunidade local.

Prosseguindo com a análise estatística, realizamos uma comparação dos dados entre um novo grupo (N= 69; Tabela 5) formado por os voluntários (N=38) e os servidores públicos não voluntários (N=31) em relação aos não voluntários que trabalham no setor privado (Segundo Setor, N=70; Tabela 6), para investigar H3 (O desempenho nas práticas de cidadania entre os voluntários e não voluntários servidores públicos é diferente entre os não voluntários atuantes na iniciativa privada). Sobre este novo grupo criado de voluntários e não voluntários servidores públicos (N=69), observa-se a partir das medidas da Tabela 5, que o desempenho cidadão médio é de $\bar{x} = 4,673$. Como ambos os grupos já foram analisados de forma individualizada, gera-se um resumo dos principais resultados obtidos: a dimensão com maior desempenho cidadão em média continua sendo a de práticas ambientais ($\bar{x} = 6,337$) e a menor é a de práticas políticas ($\bar{x} = 3,236$). O item com maior média foi PD5A ($\bar{x} = 6,790$), que trata de práticas de reciclagem

e aproveitamento dos recursos; e a menor média entre as variáveis é a PP1 (\bar{x} = 2,581), que aborda a participação em ações de mobilização política.

Tabela 5 – Estatística descritiva – Voluntários e Não Voluntários Servidores Públicos

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Voluntários e Não Voluntários Servidores Públicos (N=69); Práticas de Cidadania							$\bar{x}=4,673$
Práticas Cívicas (PC) $\bar{x}= 4,770$	PC2	2,927	3,208	10,406	0,895	2,000	109,62%
	PC3	5,499	3,057	9,401	-0,408	5,500	55,60%
	PC4	6,274	2,501	6,272	-1,063	6,750	39,86%
	PD2C	4,429	3,124	9,988	-0,172	5,000	70,53%
	PD9C	4,721	3,424	11,754	0,037	5,000	72,53%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x}= 3,236$	PP1	2,581	2,874	8,769	0,732	1,750	111,38%
	PP2	3,592	3,319	11,078	0,482	3,500	92,40%
	PP4	2,888	3,158	10,147	0,652	1,500	109,35%
	PP5	3,884	3,594	12,968	0,372	3,500	92,55%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x}= 4,728$	PS1	5,265	2,847	8,112	-0,195	5,500	54,07%
	PS2	4,353	3,458	11,961	0,156	4,250	79,43%
	PS3	5,312	3,226	10,468	-0,159	5,750	60,74%
	PS5	4,581	3,233	10,585	0,016	4,750	70,58%
	PS7	4,130	3,069	9,434	0,092	4,000	74,31%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x}= 6,337$	PD5A	6,790	2,176	4,736	-0,181	6,750	32,05%
	PD6A	6,748	2,391	5,726	-0,758	7,500	35,44%
	PD7A	5,472	3,216	10,342	-0,225	5,250	58,76%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Comparando-os com os trabalhadores não voluntários vinculado exclusivamente à iniciativa privada (Segundo Setor), identifica-se nos dados da Tabela 6 que estes de fato apresentam a menor média entre todos os tipos de trabalhadores (\bar{x} = 3,474), mesmo comparando com os dados das Tabelas 2 (Voluntários atrelados ao Terceiro Setor) e 4 (Não Voluntários Servidores Públicos). Há a predominância de práticas de cidadania classificadas como de baixa intensidade (abaixo de \bar{x} =3,9).

Na análise por dimensão, acompanhando o perfil comportamental cidadão encontrado nas demais amostras, as maiores médias estão nas práticas ambientais (\bar{x} = 5,614) e as piores médias nas práticas políticas (1,964). Os valores de todas as médias das dimensões de práticas de cidadania (civil \bar{x} = 3,760; política \bar{x} = 1,964; social \bar{x} = 3,111 e ambiental \bar{x} = 5,614) estão abaixo dos encontrados no grupo dos voluntários (Tabela 2: civil \bar{x} = 5,695; política \bar{x} = 3,553; social \bar{x} = 5,495 e ambiental \bar{x} = 6,781) e dos não voluntários servidores públicos (Tabela 4: civil \bar{x} = 3,845; política \bar{x} = 2,919; social \bar{x} = 3,961 e ambiental \bar{x} = 5,892).

Dentre as variáveis de destaque, aponta-se PD6A (\bar{x} = 6,257), sobre consumo consciente, como a de maior média de desempenho cidadão dos trabalhadores da iniciativa privada e; PP1 (\bar{x} =1,586), ações de participação em mobilizações políticas) como a de menor média.

Tabela 6 – Estatística descritiva – Não Voluntários atuantes na iniciativa privada (2º setor)

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
-----------	-----------	-------	---------------	-----------	------------	---------	----------------

Não Voluntários Trabalhadores Privados (N=70); Práticas de Cidadania $\chi=3,474$							
Práticas Cívicas (PC) $\bar{x}= 3,760$	PC2	2,086	2,883	8,311	1,133	0,000	138,22%
	PC3	4,486	3,698	13,674	0,186	4,000	82,43%
	PC4	5,271	3,318	11,012	-0,177	5,000	62,95%
	PD2C	3,314	3,412	11,639	0,665	2,500	102,94%
	PD9C	3,643	3,275	10,726	0,394	3,000	89,90%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x}= 1,964$	PP1	1,586	2,721	7,406	1,647	0,000	171,61%
	PP2	1,957	2,710	7,346	1,314	5,000	138,48%
	PP4	1,786	2,802	7,852	1,414	0,000	156,92%
	PP5	2,529	3,179	10,108	1,000	5,000	125,73%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x}= 3,111$	PS1	3,586	3,109	9,666	0,495	3,000	86,71%
	PS2	2,686	3,000	9,001	0,820	2,000	111,71%
	PS3	3,586	3,386	11,464	0,576	3,000	94,42%
	PS5	2,871	3,189	10,172	0,766	2,000	111,07%
	PS7	2,829	2,973	8,840	0,652	2,000	105,11%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x}= 5,614$	PD5A	5,886	3,048	9,291	-0,426	6,500	51,79%
	PD6A	6,257	2,603	6,773	-0,321	7,000	41,59%
	PD7A	4,700	3,028	9,170	0,096	5,000	64,43%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Assim como nos resultados anteriores, tanto para os voluntários e os não voluntários servidores públicos, foi observado um elevado grau de variabilidade e dispersão, evidenciado pelos valores do desvio padrão, variância e coeficiente de variação nas Tabelas 5 e 6. Todos os grupos analisados apresentam essa volatilidade de comportamento, demonstrando que o desempenho cidadão é bastante variado de indivíduo para indivíduo. A própria natureza do construto cidadania é multidimensional e volátil, o que influencia esse comportamento.

Prosseguindo as análises, testa-se H3, no sentido de verificar se o desempenho nas práticas de cidadania entre os voluntários e não voluntários servidores públicos é diferente entre os não voluntários atuantes na iniciativa privada (Segundo Setor). Ver a Figura 3.

Figura 3 – Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Pcidadania é a mesma entre as categorias de H3.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	,000	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

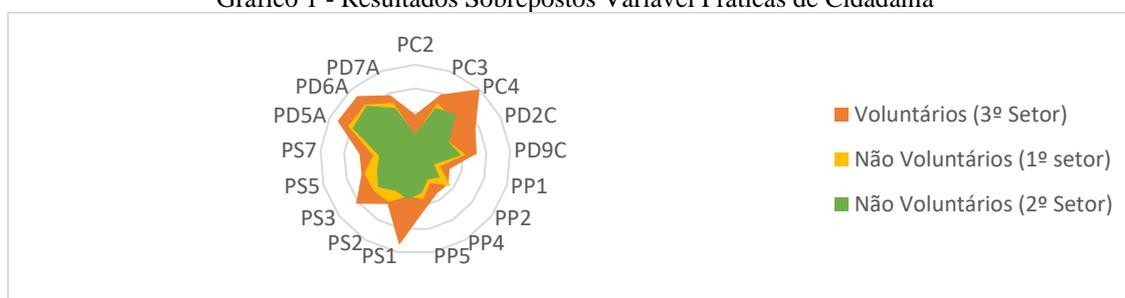
Conforme demonstrado na Figura 3, o resultado do teste de hipótese para H3 evidencia que o valor p tem uma significância estatística abaixo do limiar estabelecido de 0,05 e, conseqüentemente, ocorre a rejeição da hipótese nula, o que conduz à aceitação da hipótese H3, encontrando diferenças no engajamento das práticas cidadãs dos grupos.

Lee (2012) constatou que colaboradores de organizações sem fins lucrativos, bem como servidores públicos, quando comparados a funcionários de empresas com fins lucrativos, apresentam maior motivação por recompensas intrínsecas, mais próximas à aspectos coletivos. Alguns aspectos na iniciativa privada podem inibir a prática do voluntariado, além da disparidade quanto a alguns aspectos motivacionais dos funcionários para envolvimento em ações dessa natureza (Rotolo; Wilson, 2016).

Alguns fatores para que os funcionários do setor privado demonstrem baixa participação em atividades sociais e coletivas são as restrições de tempo, a falta de conscientização sobre oportunidades de voluntariado, as dificuldades financeiras e as preocupações com conflitos de interesses. Entretanto, Ribeiro (2018) demonstra que a simples atuação no serviço público também não incentiva a prática de atividades sociais e/ou voluntárias. Entre os voluntários e não voluntários foi observada diferença significativa no posicionamento sobre se o voluntariado é uma prática essencial e se a atuação no serviço público incentiva ações de voluntariado. Em ambos, os voluntários apresentaram médias superiores do que os não voluntários, sejam estes últimos servidores públicos ou atuantes na iniciativa privada.

Comparando a média de todas as variáveis entre os três grupos de trabalhadores pode-se ilustrar a partir do Gráfico 1 a superioridade em média do desempenho das práticas de cidadania dos voluntários atrelados ao Terceiro Setor em detrimento dos demais. Este padrão foi observado em todas as dimensões e em diversas variáveis, com destaque para Práticas Cívicas (PC4), Práticas Sociais (PS1) e (PS3), e Práticas Ambientais (PD5A) e (PD6A).

Gráfico 1 - Resultados Sobrepostos Variável Práticas de Cidadania



Os não voluntários do 1º setor mostraram um desempenho inferior em relação aos voluntários em todas as dimensões, com exceção da dimensão Práticas Políticas (PP2 – Fiscalização de ações e atores políticos). No entanto, apresentaram uma relativa superioridade nas dimensões Práticas Sociais (PS2 – Ações cidadãs que buscam melhorias de direitos trabalhistas), (PS3 – proteção de direitos humanos) e (PS5 – denuncia de violação de serviços públicos de qualidade), e nas Práticas Políticas (PP2) em comparação com os do 2º setor.

Por sua vez, os não voluntários do 2º setor exibiram resultados inferiores em todas as dimensões em comparação com os voluntários. No entanto, quando comparados aos não voluntários do 1º setor, demonstraram uma superioridade nas dimensões Práticas Cívicas (PC4 – Associação de civis para resolução de problemas coletivos) e Práticas Sociais (PS1 – participação em ações sociais voltados para pessoas em situação de vulnerabilidade social).

Comparando ainda o comportamento dos três grupos de trabalhadores, foi possível ver um padrão de ordenação hierárquica das médias dentre as dimensões das práticas de cidadania: As práticas ambientais tiveram maiores médias, seguido das práticas cívicas, sociais e políticas. Apenas no grupo dos servidores públicos que as práticas sociais estão superiores, em média, das práticas cívicas. Em todos os grupos analisados, as práticas políticas têm o pior desempenho.

É interessante visualizar como as práticas de cidadania ambientais, mesmo sendo da dimensão mais nova da cidadania, que refletem atualizações de demandas atuais, já se firmam na rotina dos respondentes, e identifica uma preocupação destes com questões ambientais e de sustentabilidade de suas comunidades.

Já as práticas de cidadania políticas ainda são entraves para os sujeitos desta pesquisa e aparenta se alinhar com um padrão nacional. Segundo o TSE (2022), mesmo sendo compulsório, a participação civil nas votações brasileiras em 2022 atingiu um alto nível de absenteísmo – de 20,93%. Esse dado demonstra uma despreocupação dos brasileiros com o governo da sociedade. Talvez a corrupção, a percepção nem sempre correta de uma justiça

‘ineficiente’, o descrédito com as instituições e da ineficácia dos métodos de participação política influenciem esse baixo interesse por práticas de cidadania política. Para Hoskins e Mascherini (2009) e Bole e Gordon (2009) é importante as pessoas participarem de ações políticas que possam influenciar o governo das comunidades, e assim evitar que gestores e representantes públicos delineiem políticas públicas apenas com base em interesses individuais.

Em conclusão, é importante salientar que a intenção desta pesquisa não é eleger o voluntariado como único e exclusivo espaço para o fomento da cidadania, mas evidenciar que essa atividade vem impactando sim a formação de cidadania nas localidades. Reconhece então o papel cidadão dos voluntários frente as questões sociais e coletivas que rondam as comunidades, como exalta que todos, individualmente ou associados às instituições podem se envolver e participar pela criação de um mundo melhor de vida em sociedade.

CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES

Esta pesquisa encontrou diferenças de desempenho das práticas de cidadania desenvolvidas por trabalhadores vinculados aos três setores econômicos, quais sejam voluntários atrelado ao Terceiro Setor, não voluntários servidores públicos vinculados ao Primeiro Setor e não voluntários trabalhadores do Segundo Setor. Conforme os resultados expostos, constatou-se que os voluntários apresentam maiores médias e significativas diferenças em relação as práticas de cidadania dos demais trabalhadores, se sobressaindo em todas as dimensões da cidadania (civil, política, social e ambiental). Mesmo os trabalhadores que atuam em contextos de natureza próxima – os voluntários do Terceiro Setor e os servidores públicos não voluntários – apresentam diferenças significativas em relação ao desempenho cidadão. Acompanhando as expectativas teóricas, também foi possível confirmar que os trabalhadores do Segundo Setor são os mais afastados das práticas de cidadania.

Em síntese, os resultados apresentados evidenciaram a influência positiva do voluntariado no fortalecimento da cidadania, a nível individual, destacando sua relevância na promoção da participação ativa dos indivíduos em questões civis, sociais, políticas e ambientais. Além disso, a superioridade de desempenho nas práticas cidadãs entre os servidores públicos, tanto voluntários quanto não voluntários, em comparação com os não voluntários do setor privado, sugere uma associação entre o envolvimento em atividades voluntárias e um maior comprometimento com o serviço público. Esta constatação pode fornecer subsídios para a implementação de programas de incentivo voltados para este grupo por meio de flexibilidade de horários, oportunidades de capacitação, parcerias com organizações externas e campanhas de sensibilização, visando aprimorar a contribuição dos servidores públicos para a sociedade.

Ademais, a disparidade no engajamento das práticas de cidadania entre os setores público e privado ressalta a importância da colaboração intersetorial para a promoção da cidadania, reforçando a ideia de que a sociedade é responsabilidade de todos e que o voluntariado acaba sendo uma alternativa estratégica a ser investida que aproxima os indivíduos à construção do bem-estar coletivo e social. O envolvimento em atividades voluntárias não apenas oferece oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cívicas essenciais, mas também resulta em um impacto mais substancial na comunidade, através da implementação de iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida local.

A pesquisa apresenta algumas limitações. Inicialmente, destaca-se o tamanho da amostra, composta por 164 participantes provenientes de oito estados, embora diversificada, predominantemente concentrada na Paraíba e com alta volatilidade de respostas. Sugere-se descentralizar geograficamente a amostra, de modo que os resultados possam se tornar mais generalizáveis. Além disso, a predominância de respostas de um único estado (PB) sugere uma possível influência do contexto cultural, econômico e político específico da região, limitando a

aplicabilidade das conclusões a outras configurações ou populações. Portanto, estudos futuros podem se beneficiar de amostras mais abrangentes e geograficamente diversificadas, além de explorar metodologias alternativas para mitigar as restrições observadas neste estudo.

Contudo, os resultados encontrados respaldam e contribuem para a gestão do voluntariado, seja ela em organizações da sociedade ou em entidades públicas e privadas que utilizam esse tipo de trabalho para gerar cidadania em suas localidades. A partir da confirmação da ligação do voluntariado e da cidadania, justifica-se a promoção de políticas de incentivo para essa atividade, reconhecendo o papel desempenhado pelo Terceiro Setor na construção de comunidades mais justas socialmente.

REFERÊNCIAS

- Amorim, A. F. A. (2018). **Semeando no voluntariado para colher cidadania**: um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário e atitudes cidadãs com voluntários da Saúde no Estado da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Administração) - PPGA, UFPB, João Pessoa.
- Andrade, D. M.; Castro, C. L. C. & Pereira, J. R. (2012). Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira? **Revista de Administração Pública**, 46(1), p. 177-190.
- Ariete, I.C.L.D. (2022). *Voluntariado corporativo e sua aplicabilidade no serviço público*. Dissertação (Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil.
- Avrtzer, L. (2010). Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L. (Org.). *Experiências nacionais de participação social*. Belo Horizonte: Cortez.
- Bezjak, S., & Klemenčič, E. (2014). Learning active citizenship through volunteering in compulsory basic education in Slovenia. *Traditiones*, 2014;43(3), 51-65.
- Bole, B. E., & Gordon, M. E. (2009) Pluribus Unum: fostering a new era of citizenship by teaching civic engagement and healthy civic discourse, *J. Publ. Aff.*, 9, 273–287.
- Brasil. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. (1998). Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. 1998.
- Brasil. Lei nº 9.790, de 23 de março 1999. (1999) Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. 1999.
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014*. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.
- Brasil. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. (2019a). Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm .
- Caldas, P.T. (2020). *Relações entre Voluntariado e Cidadania à luz das Motivações*. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Paraíba.
- Caldas, P.T. & Cavalcante, C.E. (2023). Praticando a cidadania: criação e validação de uma escala de mensuração. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(4), e2022–0132.
- Carballal, L.B. (2009) O voluntariado: entre a cidadania e a ideologia. *Revista Katálysis*, 12(2), p. 235-240.
- Carvalho, J. M. (2016) *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cavalcante, C. E. (2016). *Motivação de voluntários: teoria e prática*. Curitiba: Appris.
- Dagnino, E. (2006). Meanings of citizenship in Latin America. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 31, n. 62, p. 15–51.

- De Bie, M., & Roose, R. (2016). Voluntarism and Citizenship: A Response to Lena Dominelli. *Foundations of Science*, 21, 399-403.
- Dominelli, L. (2016). Cidadania e voluntarismo: uma combinação significativa ou a base para relações de exploração?. *Fundamentos da Ciência*, 21 (2), 385-397.
- Ferraz, T.V., Caldas, P.T., Cavalcante, C.E. (2021). Volunteering and Citizenship: First Empirical Evidences of the Positive Impact in Brazil. *BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 18(2):159-193.
- Flanagan, C.A., Bowes, J.M., Jonsson, B., Csapó, B. (2020). Ties that Bind: Correlates of Adolescents' Civic Commitments in Seven Countries. In: *Experiencing Social Research*. Routledge, p. 303-322.
- Guarinello, N. L. (2016). Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto. p. 29–48.
- Haski-Leventhal, D., Kach, A., & Pournader, M. (2019). Employee need satisfaction and positive workplace outcomes: The role of corporate volunteering. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 2019;48(3), 593-615.
- Hoskins, B. L., & MASCHERINI, M. (2009) Measuring active citizenship through the development of a composite indicator. *Social Indicators Research*, 90(3), p. 459–488.
- IPEA (2018). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: Ipea.
- Koolen-Maas SA, Meijs LCPM, Van Overbeeke PS, & Brudney JL. (2023). Repensando o Voluntariado como um Recurso Natural: uma tipologia conceitual. *Trimestral do Setor Não-Obtário e Voluntário*, 52(1_suppl), 353S-377S.
- Lee, Y. (2012). Behavioral implications of public service motivation: Volunteering by public and nonprofit employees. *American Review of Public Administration*, 42(1), 104-121.
- Marshall, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- Nacacche, S.M.L., Carmo, K.A., Souza, F.P. (2021). Pesquisa Voluntariado no Brasil 2021. São Paulo: DataFolha, IDIS.
- Pais, J. M. (2005). *Jovens e cidadania*. Sociologia, problemas e práticas, n. 49, p. 53-70.
- Parejo, J.C.B., Martins, G.D., Pacheco, V., Panhoca, L. (2021). Tercer sector, de las primeras huellas a la rendición de cuentas: casos Brasil y Venezuela. *Gestão & Conexões*, v. 10, n. 3, p. 80-102.
- Portal G1. (2024). Maior desastre climático do Rio Grande do Sul em imagens. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/fotos-cheias-no-rio-grande-do-sul.ghtml>
- Ribeiro, D.Y. (2018). *O voluntariado e o servidor público: o caso dos técnico-administrativos em educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco*. Dissertação de mestrado, Juazeiro, BA.
- Rodell, J. B., J. E. Booth, J. W. Lynch & Zipay, K.P. (2017). ‘Corporate volunteering climate: mobilizing employee passion for societal causes and inspiring future charitable action’, *Academy of Management Journal*, 60, pp. 1662–1681.
- Rotolo, T. & Wilson, J. (2016). State-Level Differences in Volunteerism in the United States: Research Based on Demographic, Institutional, and Cultural Macrolevel Theories. *Arnova*, Volume 41 Issue 3.
- Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Portal do TSE. Estatísticas. Comparecimento/abstenção. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-comp-abst/home?session=100321292332268> .
- Urbinati, N. (2013). Crise e metamorfoses da democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82):05-16.
- Voluntários ONU. Informe sobre el estado del voluntariado em el mundo 2022: crear sociedades igualitárias e inclusivas. Bonn: VNU, 2021. Disponível em: https://swvr2022.unv.org/wp-content/uploads/2022/04/UNV_SWVR-2022_ES.pdf .